

## ***De Mortibus Persecutorum* de Lactâncio e a perseguição de Diocleciano aos cristãos no século IV d. C.**

Douglas Raphael Machado Gobato  
(mestrando-LEAM /UEM)

Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini – Orientadora  
(DHI-LEAM/UEM)

### **Introdução: *De Mortibus persecutorum* e o contexto de crise do Império**

A obra *De mortibus persecutorum* foi escrita por volta de finais de 313 e início de 314 d. C., já nos últimos dias de vida de seu autor. Em seu texto, Lactâncio adapta o conceito de “mal” imperador – presente na historiografia oficial pagã como sinônimo de imperador anti-senatorial – à categoria de perseguidor dos cristãos, sugerindo uma relação entre a política desses governantes e o castigo divino sobre os perseguidores do cristianismo.

Sobre Lactâncio, as informações são bastante escassas, resumindo-se ao que ele próprio deixou em suas obras e ao que São Jerônimo escreveu sobre ele. Tudo indica que seu nome era *Lactancio Caecilius Firmianus* e viveu por volta do século III e início do século IV d. C. O que mais se sabe é que era africano, de Numídia, onde como discípulo de Arnóbio tornou-se um retórico. Sua experiência como mestre o levou a ensinar retórica em Nicomédia e mais tarde, a pedido de Constantino, ser o tutor do filho do imperador. Sobre a conversão de Lactâncio ao cristianismo tudo que se sabe é que durante a Grande Perseguição de Diocleciano (303-305 d. C.) este já era cristão.

A obra *De Mortibus Persecutorum*, nos leva a dois eventos da história romana, a crise do Império, que se estendia, de forma mais visível, desde o reinado de Marco Aurélio (161-180 d. C.) e a ascensão do cristianismo, especialmente a partir de meados do século III d. C, e é este o quadro contextual que abordaremos.

A crise que atingiu a sociedade romana a partir do século II d. C., fez sentir, mais ou menos de acordo com a época e a região, seus efeitos em todos os segmentos da sociedade. A revolução militar representada pelos imperadores advindos do exército modificou grandemente o modelo de governo em meados do

século III d. C.: “Raras vezes a sociedade chegara a cortar o poder das classes superiores com tanta coragem [...]” (BROWN, 1972, p. 26).

Apesar dessa transformação, a crise do século III d. C. “manifestava-se com maior evidência nas catastróficas relações externas do Império” (ALFÖLDY, 1989, p. 173). Após um período de pausa nos avanços bárbaros nas fronteiras, representado pela contraofensiva bem sucedida de Marco Aurélio contra os Germanos, o Império foi constantemente atacado no tempo de Severo Alexandre (222-235 d. C.), Maximino (235-238 d. C.) e novamente com Décio (249-251 d. C.) e Valeriano (253-260 d. C.) (ALFÖLDY, 1989, p. 173). No plano interno, a necessidade de manter a dispendiosa máquina de guerra, levou a um endurecimento do governo, como destaca Alföldy: “No novo sistema político, o Dominado, o Estado tornou-se uma instituição todo-poderosa, que exigia dos seus súbditos uma submissão total e os governava muitas vezes com brutalidade” (1989, p. 174).

Os efeitos gerados pela política de dominação dos imperadores militares foram imediatamente sentidos pelas camadas superiores da sociedade. Os senadores perderam seu poder político dentro do escol governamental, sendo substituídos por órgãos e funcionários estatais mais eficientes. Diante desse recuo, a ordem dos cavaleiros (*ordo equester*) passou a representar a pedra angular na administração imperial. Todavia, a camada social mais atingida com o novo delineamento político foi a dos decuriões, composta pelos cidadãos ricos das cidades que tinham por obrigação zelar por sua manutenção. O enfraquecimento da *ordo decurionum* deveu-se, principalmente, a face econômica da crise, que atingiu de forma mais severa as cidades. Os decuriões também sofriam por ser a classe mais tributada do Império, já que os senadores, grandes proprietários de terras, e os cavaleiros, em grande parte funcionários do Estado, gozavam de maiores privilégios econômicos. Quanto à população, tanto a urbana como a dos campos, era demasiado pobre para que dela se obtivesse algo.

Após o governo dos imperadores soldados e a acentuada crise que envolveu todo o século III d. C., houve um período de relativa estabilidade no século IV d. C. Esse breve momento de ressurgimento, porém, teve seu ocaso com o governo de Valentiniano I (364-375 d. C.), que segundo Peter Brown (1972, p. 126) foi o último

grande imperador do Ocidente. Os acontecimentos que seguiram a sua morte levaram a administração do Império a cair novamente nas mãos da aristocracia senatorial, o que no século V d. C., significou o desmoronamento do Império Romano do Ocidente.

Intimamente relacionada com a crise que atingiu a sociedade romana esteve à crise no campo das ideias, um momento de renascimento das decadentes tradições religiosas pagãs e do aparecimento de novas correntes filosóficas e espirituais. Como afirma Alföldy:

“E quanto mais depressa se decompunham a organização social tradicional e o sistema de governo que a acompanhava, maior era o vácuo ideológico e moral, o que favorecia o aparecimento de novas correntes espirituais, como as religiões orientais dos mistérios, o cristianismo e a filosofia neoplatônica” (1989, p.175).

Com o cristianismo houve um embate entre as concepções pagãs e cristãs a respeito da crise do Império. Santo Mazzarino (1991, p.16-17) chama a atenção para o fato de os romanos já conceberem a ideia de crise da sociedade no contexto das lutas entre patrícios e plebeus na transição da República para o Império, em meados do século II a. C. A esse respeito, é digno de nota o fato de o patriciado evocar o retorno aos velhos costumes religiosos como modo de conter a degradação dos costumes, que atribuíam como a causa da crise da República.

Com a crise do Império, retomaram-se as velhas ideias de decadência que permearam o imaginário dos homens de finais da República, e buscou-se, mais uma vez, o retorno às antigas práticas religiosas do paganismo (*mos maiorum*), agora, como modo de apaziguar a ira dos deuses frente a um novo elemento, o cristianismo. Os cristãos acreditavam que “[...] o conceito do fim de Roma estava intimamente ligado à ideia do fim do mundo: o Anticristo chegaria em breve, o sopro do Senhor o destruiria” (MAZZARINO, 1991, p.38). Devido a essa crença escatológica e a intransigência frente às práticas pagãs, no imaginário de parte da população, os cristãos tornaram-se obstáculos para o retorno à estabilidade da sociedade.

A partir do século III d. C., o cristianismo atingiu uma nova amplitude e experimentou um progresso mais rápido. O Império progressivamente tomou consciência da ameaça representada pela expansão de uma religião que

contrariava as ideias do paganismo e que aos poucos poderia até mesmo abalar sua coesão interna. Desta forma, no final do século III e início do IV d. C., decretaram-se medidas de perseguição de caráter geral e sistemático, com objetivo de eliminar o cristianismo do mundo romano, entretanto, estas medidas foram ineficazes, pois com exceção das duas grandes ondas de perseguição que assinalaram a metade e o final do século III d. C., (respectivamente sob os imperadores Décio, Valeriano e Diocleciano), para a Igreja foi um período de paz favorável à missão. Finalmente, Constantino acabou por reconhecer a existência da Igreja, com o intuito de convertê-la em aliada, dando assim o primeiro passo à aceitação do cristianismo como religião oficial do Império.

### ***De Mortibus Persecutorum e a perseguição de Diocleciano (303-305 d. C.)***

Considerando o contexto de crise e a obra de Lactâncio, que trata das perseguições aos cristãos pelos imperadores romanos, pensamos, seria justo atribuir intensões políticas ao pensamento de Lactâncio? Vejamos até que ponto isso é possível.

G. E. M. de Ste-Croix, em artigo intitulado *Por que fueran perseguidos los primeros cristianos?* (1981, p. 234), divide as perseguições em três fases: a primeira anterior a 64 d. C., quando se levou a cabo perseguições em pequena escala e em pontos bastante específicos, como em Roma no caso do incêndio sob o governo de Nero. A segunda fase inicia-se com a perseguição que se seguiu ao incêndio de Roma (64 d. C.) e chega até 250 d. C. A terceira abre-se com a perseguição de Décio (250-251 d. C.) e se estende até 313 d. C. com o Édito de Milão de Constantino, ainda que tenha havido reações hostis aos cristãos após essa data, porém bastante isoladas e sem resultados expressivos.

Em primeiro lugar, vejamos as motivações para as perseguições, em especial as perseguições gerais dos séculos III e IV d. C. O que teria levado os imperadores a adotarem tais medidas? Simon e Benoit, em seu livro *El judaísmo y el cristianismo antiguo: de Antíoco Epífanés a Constantino*, falam da importância que teve a questão do retorno às antigas práticas religiosas dos romanos nas perseguições:

*“Tales principios conservadores y reaccionarios estuvieron en el origen de las persecuciones generales de la segunda mitad del siglo*

*III y comienzos del IV, ya que la Iglesia se presentaba a los ojos de los emperadores y el pueblo como la principal responsable del abandono de las antiguas costumbres religiosas” (1972, p. 76).*

Essa primeira motivação, de caráter religioso, está associada com a crise do Império e suas consequências sociais, principalmente em relação a população mais pobre, no entanto, a discussão sobre as razões pelas quais os cristãos foram perseguidos e quais as justificativas jurídicas para estas acusações são mais amplas e controversas. Procurando resumir essa questão, nos baseamos na concepção de Ste-Croix, que nos mostra seguinte quadro: inicialmente, remetendo-se a perseguição realizada por Nero, em 64 d. C., os cristãos foram acusados de incendiarismo, ainda que as fontes da época, como Tácito, Plínio e Suetônio não acreditassem na culpabilidade dos cristãos em relação ao incêndio de Roma (1981, p. 236). Aliado ao crime de incendiários estava à crença de parte da população de que os cristãos eram responsáveis por certas práticas abomináveis como canibalismo e incesto (*flagitia*). De todo modo, seja por incendiarismo ou pelas práticas de crimes relacionados à *flagitia*, o fato é que nos dois primeiros séculos os cristãos foram julgados simplesmente por serem cristãos, o que naturalmente imputava outras acusações, como a de pertencer a um grupo socialmente subversivo (STE-CROIX, 1981, p. 236-237).

No século III d. C., a atitude dos romanos em relação aos cristãos modificou-se, se até então as perseguições pareciam vir de baixo, ou seja, das camadas populares, a partir de 250 d. C. a iniciativa passou a vir de cima, do governo, através de editos imperiais. O começo da mudança parece ter sido a perseguição de Décio, e a razão desta transformação, deduz Ste-Croix, possivelmente foi o grande crescimento do cristianismo nessa época, perdendo seu caráter secreto (1981, p. 166). Sobre os editos imperiais, é preciso considerar que não havia uma posição homogênea por parte dos governantes, no entanto:

“Para o Estado as razões para perseguir e criminalizar o cristianismo assentava-se no elemento negativo da religião cristã. A negação em adorar outros deuses, a exclusividade monoteísta era encarada como motivo para a destruição da *pax deorum*, da harmonia entre os homens e os deuses, pois questionava a tradição que se assentava o Estado” (VENTURINI, 2012, p. 170).

Em última análise, para o Império o objetivo das medidas persecutórias era aplacar a opinião pública diante de uma suspeita, bastante difundida, de que o cristianismo e seus membros eram um elemento conspiratório organizado (*mali hominis*) (STE-CROIX, 1981, p. 267). Assim, o governo buscava um apaziguamento no campo religioso dentro de um contexto mais amplo de crise. A pretensa conversão de Constantino ao cristianismo não foi, senão, uma maneira de buscar esse apaziguamento.

Assim, vemos que a questão religiosa foi fundamental nas perseguições aos cristãos, mas é preciso fazer uma ressalva sobre o caráter da religião antiga, esta era vinculada à política, não havia a divisão entre política e religião ao modelo do Estado Laico moderno. Isso nos diz muito, principalmente ao pensarmos em como o cristianismo foi o grande divisor de águas na política imperial após Constantino, que decidiu utilizar a religião ao seu favor como modo de manter a coesão dentro do Império. Quanto aos imperadores perseguidores, a exemplo de Diocleciano, vimos que tinham razões de ordem religiosa, no entanto, ao contrário de Constantino, da perspectiva, política acreditava que a maneira de manter a estabilidade no mundo romano seria extirpar o elemento estranho representado pela religião, portanto, política imperial e motivações religiosas são duas vias de um mesmo caminho. Mas o nosso objetivo é analisar a perseguição de Diocleciano a partir da obra de Lactânio, vejamos se o autor romano apresentava motivações políticas em sua narrativa.

Utilizando alguns dos elementos empregados pela história do discurso, uma das ramificação da história intelectual, a partir da obra, *Interpretação e Superinterpretação*, de Umberto Eco, notamos que existem três intenções relacionadas ao texto: a intenção do texto em si, a do autor ao escrevê-lo, e a do leitor ao lê-lo. Assim nos diz o Eco:

“[...] entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto) e a intenção do intérprete que [...] simplesmente ‘desbasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito’ existe uma terceira possibilidade. Existe a *intenção do texto*” (1997, p. 29).

Umberto Eco nos deixa claro como a intenção do autor é difícil de ser alcançada justamente porque não podemos voltar no tempo e dialogar diretamente com ele, o que podemos é a partir de seu texto inferir suas intenções, o que também é bastante perigoso. Quanto às intenções do leitor e sua interpretação do texto, este o faz de acordo com seus propósitos e ideias preconcebidas, tentaremos evitar o desejo de adaptar o texto a nossos objetivos iniciais e procuraremos fazer uma análise voltada à busca de suas intencionalidades.

Voltando nossa atenção para as intenções do texto, Robin Lane Fox, em um artigo publicado com o título de *Cultura escrita e poder nos primórdios do cristianismo*, nos fala de como os escritos cristãos, os quais incluem a obra de Lactâncio, tem uma indissociável relação com o poder político. Sendo tradicionalmente uma “religião do livro”, assim como o judaísmo, o cristianismo sempre valorizou a escrita. Se o cristianismo iniciou-se como uma religião oral, visto que o próprio Cristo nada deixou escrito, a partir dos evangelhos, do livro de Atos e das cartas apostólicas, a cultura escrita passou a sobrepujar a oral e tornar-se hegemônica dentro da religião (1998, p. 156-157).

Fox distingue dois tipos de literatura dentro da cultura escrita cristã, a literatura sagrada, como as Escrituras, o Antigo Testamento e os escritos inspirados, e a literatura conveniente, utilizada em favor de interesses políticos particulares ou da própria Igreja enquanto instituição. Interessante notar como esses dois tipos se entrecruzam, muitas vezes, a literatura sagrada servia de justificativa para a literatura conveniente, autorizando-a e dando-a legitimidade (1998, p. 158-15).

O texto de *De Mortibus Persecutorum*, é um texto de caráter conveniente, pois trata-se de uma apologia a determinado ponto de vista, e para isso, o autor se vale das Escrituras como forma de dar legitimidade a sua tese. Lactâncio procura defender a ilegitimidade das perseguições contra os cristãos levadas a cabo por alguns imperadores romanos desde Nero (54-68 d. C.), mas ao tratar desse tema ele insere um novo conceito em relação à literatura apologética então existente. Em *De Mortibus Persecutorum*, Lactâncio concilia a ideia de imperador perseguidor, a partir de uma leitura cristã, ao conceito de “mal” imperador, que na literatura pagã descrevia o imperador que governava contra as decisões do Senado.

Assim, para Lactâncio, o “mal” imperador é aquele que governa a revelia do Senado ao mesmo tempo em que persegue os cristãos, sendo que por ambas as razões esses imperadores foram punidos e mortos por Deus. Notemos como as preferências políticas pró-senatoriais do autor se misturam com uma leitura religiosa dos acontecimentos, transformando o antigo conceito de “mal” imperador e inserindo uma vertente religiosa. Ramón Teja, responsável pela tradução e comentários da edição de *De Mortibus Persecutorum* escolhida para este trabalho, afirma: “*Para confirmar su tesis, Lactancio precisa demostrar dos hechos: por un lado, que todos los emperadores perseguidores tuvieron una muerte meserable; por outro, que todos ellos fueran <<malos>> emperadores*” (2000, p. 24). E completa:

*“Hemos visto como su juicio sobre los emperadores viene determinado no sólo por la actitud de éstos hacia la Iglesia, sino también por la que tienen hacia el Senado romano. La tendendênciaica prosenatorial de Lactancio no se refleja sólo en el juicio sobre las disposiciones de carácter religioso tomadas pelos emperadores, sino que [...] se extiende a toda la política de éstos” (2000, p. 30).*

Lactâncio, assim como era lugar comum entre os romanos após a queda da República, tinha uma preferência pelo modelo republicano de governo, quando o Senado representava a autoridade máxima na administração. Com o advento do Império (século I a. C.), o Senado perdeu grande parte de seu poder, particularmente durante o governo dos imperadores soldados (século III d. C.). Aproveitando-se da oposição de certos imperadores contra o cristianismo, Lactâncio expressa seu descaço pela política anti-senatorial desses, e os coloca como “maus” imperadores em um duplo sentido, politicamente maus por ignorarem o Senado e moralmente maus por serem perseguidores dos cristãos. E se Constantino é visto como um “bom” imperador, o é também em ambos os sentidos.

Vejamos a perseguição de Diocleciano, Lactâncio afirma que o César Galério<sup>1</sup> foi o grande instigador do imperador em direção a essa medida. O autor de *De Mortibus Persecutorum* associa a perseguição ao próprio caráter do César, caricaturando-o como um indivíduo sádico e dotado da mais alta crueldade, ainda que se trate mais de uma valorização da personalidade negativa de Galério do que de uma invenção, Simon e Benoit o chamam de “um bárbaro cruel e violento” (1972,

p. 80). Após a publicação do édito de perseguição pelo imperador Diocleciano (303 d. C.), não satisfeito, Galério teria maquinado, para usar o termo de Lactâncio, formas de acirrar a pressão contra os cristãos: *“pero el César, no satisfecho con las disposiciones del Edicto, se dispone a ejercer outra presión sobre Diocleciano. A fin de empujarle a aceptar su proyecto de una persecución sangrienta [...]”* (LACTÂNCIO, 2000, p. 104).

Segundo Lactâncio, Galério teria colocado fogo em parte do palácio imperial para que assim se imputasse a culpa aos cristãos (2000, p. 104-105). Galério também seria o responsável por convencer Diocleciano a abdicar, o que houve em (305 d. C.) para que na posição de Augusto pudesse desferir todo seu furor contra os seguidores de Cristo.

Da mesma forma que Galério, o imperador Diocleciano também é descrito como uma figura execrável: *“Diocleciano, que fue un inventor de crímenes y un maquinador de maldades, al tiempo que arruinaba todas las demás cosas[...] con su avaricia y su timidez altero la faz da tierra”* (2000, p. 77). Ao lado disso, o imperador também é posto como um indivíduo influenciável, particularmente por ceder as pressões de seu César em relação à perseguição contra os cristãos, por isso, conforme a tese de Lactâncio, acabou por ter uma morte fatídica, fruto de uma doença que lhe causava incontáveis sofrimentos (2000, p. 113,114). Mas sofrimentos ainda mais cruéis foram reservados por Deus para Galério, grande articulador da perseguição:

*“Cuando estaba cumpliendo su decimo octavo año en el poder, Dios le hirió con una enfermedad incurable. Se le produce una úlcera maligna en la parte inferior de los genitales que se va extendiendo. Los médicos costan, limpian. Pero, cuando estaba ya cicatrizando, se abre de nuevo la herida [...]”* (2000, p. 162).

Tendo visto alguns trechos da descrição de Lactâncio, notamos um quadro diferente apresentado pela historiografia. Ao contrario da debilidade de Diocleciano, Edward Gibbon, conceituado historiador da antiguidade, nos mostra um imperador capaz de grandes feitos: *“[...] o reinado de Diocleciano foi o mais brilhante do que o de qualquer de seus predecessores”* (1989, p. 139). Sobre a personalidade do imperador, em oposição à crueza mostrada por Lactâncio, nos diz Gibbon:

“São raros os espíritos exercitados no trato dos assuntos do mundo que desenvolvem o hábito de conversar consigo mesmos [...] As distrações das letras e da devoção, que oferecem tanto consolo na solidão, não conseguiram prender a atenção de Diocleciano; todavia, ele havia conservado, ou pelo menos logo o recobrou, o gosto pelos prazeres mais inocentes e mais naturais, e suas horas de lazer eram satisfatoriamente empregadas em construção, plantio e jardinagem” (1989, p. 160).

Em contradição a descrição de Lactâncio, vemos um imperador forte, cujo governo foi bem sucedido em um momento de instabilidade, e de caráter sereno. Gibbon nos dá uma boa pista das razões da “inimizade” de Lactâncio para com Diocleciano, o que justifica sua descrição negativa. Segundo o historiador, Diocleciano possuía um grande desgosto em manter-se próximo de Roma e dos cidadãos da capital, uma atitude superficialmente sectária mais que escondia uma intencionalidade política bem definida. O imperador procurava esse distanciamento para isolar e deslegitimar a principal instituição de Roma, o Senado, com isso procurando enfraquece-lo e adquirir autonomia em seu governo. Prova dessa aversão a Roma foi a transferência da capital do Império para Nicomédia, situação em que Lactâncio foi chamado para ensinar retórica na cidade. Assim, vemos uma política francamente contrária as predileções pró-senatoriais de Lactâncio, justificando sua construção de um “mal” imperador.

Após a abdicação ao cargo de Augusto por Diocleciano e Maximiano (305 d. C.), os até então césares, Galério e Constâncio, assumiram a posição de imperadores. Maximino Daia e Severo foram escolhidos por Galério como os novos césares. Essas modificações alteraram o rumo das perseguições, no Ocidente, com Constâncio e após os conflitos entre Constantino e Severo para a posição de César e a vitória de Constantino, os cristãos foram deixados em paz. Entretanto, no Oriente com Galério e Maximino Daia, as perseguições permaneceram até 311 d. C., quando finalmente Galério assinou seu Edito de Tolerância (SIMON e BENOIT, 1972, p. 81-82). Os acontecimentos seguintes acabariam por elevar Constantino à posição de imperador absoluto do Império, colocando um fim definitivo a tetrarquia e consolidando o cristianismo como a religião do Imperador.

## **Considerações finais**

Não coincidentemente, o texto de Lactâncio e seu novo conceito de “mal” imperador vêm justamente ao encontro da nova política imperial de Constantino. O *De Mortibus Persecutorum* coloca religião e política imperial do mesmo lado, uma justificando a outra, um “Estado cristão” e um “cristianismo romano”, ambos representados pela figura do “bom” imperador Constantino. Agora, voltando à questão do contexto, o desenvolvimento dessa nova concepção de “mal” imperador seria impensável em outros períodos, Lactâncio escreve logo após a conversão do imperador e de seu Edito de Milão (313 d. C.), época em que tinha completa liberdade para divulgar suas ideias. A proximidade de Lactâncio com Constantino, ainda poderia nos sugerir um acordo entre eles em relação utilização do cristianismo como conjunto de ideias legitimadoras do poder político imperial, quanto a isso não possuímos provas concretas, mas o certo é que em *De Mortibus Persecutorum* as intensões de apoio ao governo de Constantino e a essa nova política de união entre Estado e Igreja são muito evidentes. Assim, Levando em conta toda a discussão anterior, consideramos que não apenas as perseguições abordadas por Lactâncio, mas a narrativa de *De Mortibus Persecutorum* como um todo, sugerem claramente uma intencionalidade política.

## Notas

<sup>1</sup> A fim de melhor administrar o Império, Diocleciano criou um modelo de governo, chamado Tetrarquia, no qual haviam dois imperadores, um para governar a ala oriental do Império, na figura do próprio Diocleciano, e outro, imediatamente subordinado ao primeiro, para governar o Ocidente, sendo escolhido Maximiano. Cada imperador, por sua vez, teria um segundo governante em seu auxílio, assim havia dois césaes, também nomeados por Diocleciano, Galério na parte do Oriente e Constâncio no Ocidente. Esse sistema acabou por gerar diversos conflitos após a morte de Diocleciano (311 d. C.) e acabou por ser desfeito (GIBBON, 1989, p. 141-143 e 156-157). Lactâncio também faz menção ao sistema tetrárquico quando diz: “*En efecto, [Diocleciano] dividiendo la tierra en cuatro partes hizo a otros três emperadores partícipes de su poder*” (2000, p.77-78).

## Referências

### Fonte Impressa

LACTANCIO, Lucius Caecilius Firmianus. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

### Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

BENOIT, André; SIMON, Marcel. **El judaísmo y el cristianismo antiguo: de Antíoco Epífanés a Constantino**. Barcelona: Editorial Labor, 1972.

BROWN, Peter. **O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FOX, Robin Lane. "Cultura escrita e poder nos primórdios do cristianismo" In. BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg (orgs.). **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. São Paulo: Ática, 1998.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

STE CROIX, G. E. M. de. "*Por qué fueran perseguidos los primeros cristianos?*" In. FINLEY, Moses I. (ed.). **Estudios sobre História Antigua**. Madrid, Akal Editor, 1981.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. **De religio a superstio: condescendência divina e poder imperial no tardio império**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano V, n. 13, maio de 2012 - ISSN 1983-2850, p. 161-179.